



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2019 (Do Sr. Aureo Ribeiro)**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para dispor sobre a criação de delegacias de polícia judiciária especializadas no atendimento de pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para dispor sobre a criação de delegacias de polícia judiciária especializadas no atendimento de pessoas com deficiência.

Art. 2º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 79-A. Os estados e o Distrito Federal deverão criar delegacias de polícia especializadas no atendimento a pessoas com deficiência (DEAPeDe).

§ 1º As Delegacias deverão contar obrigatoriamente com equipe multidisciplinar contendo:

I – policiais especializados no atendimento a pessoas com deficiência;

II – assistentes sociais;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

III – psicólogos;

IV – interprete de libras;

V – interprete de braile.

§ 2º Os Estados deverão prover uma nova delegacia de que trata o *caput* nos municípios com mais de cem mil habitantes.

Art. 3º Os Estados e o Distrito Federal terão o prazo de dois anos, contados da data de publicação desta lei, para criarem as delegacias previstas no artigo 79-A da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, dado por esta lei, sob pena de não terem acesso aos recursos a eles destinado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os direitos da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida devem sempre ser assegurados, independente de qualquer condição ou situação, sempre. Para isso o Brasil dispõe de vasta legislação sobre essa causa, e é preciso que essas pessoas conheçam as leis para poderem fazer valer, elas próprias, os seus direitos.

Nesse sentido, a presente proposição tem por fim determinar que os estados e o Distrito Federal instalem em seus territórios delegacias especializadas no atendimento a pessoas com deficiência. Tal medida se faz necessária para melhorar a prevenção, o cuidado, a proteção e a dignidade da pessoa humana. Essa é uma ferramenta essencial e fundamental, pois permitirá o planejamento e o combate a eventos criminosos contra pessoas com deficiência.

A nova especializada será criada para dar cumprimento ao Estatuto da Pessoa com Deficiência e atuar na defesa desse grupo de



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

vulneráveis, reprimindo de forma mais ostensiva os crimes praticados contra as pessoas com deficiência.

A delegacia deverá contar com uma equipe multidisciplinar, com intérprete e psicólogos, facilitando o entendimento e a comunicação da pessoa com deficiência e acolhendo-a, de forma mais humana, naquelas ocasiões das quais necessitarem de atendimento policial.

Em virtude da relevância da matéria tratada, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputado **AUREO RIBEIRO**  
**Solidariedade/RJ**